

Reprovação geral: o pior congresso

Gilson Alberto Novaes (*)

Sempre ouvi as pessoas dizerem que as casas legislativas vão piorando em qualidade de seus membros a cada eleição

Ouvia isso logo depois que deixei os três mandatos consecutivos de vereador em minha cidade, mas nunca levei a sério. Não há de ver que a sabedoria popular mais uma vez provou estar certa? No final do ano passado, em levantamento feito pelo Datafolha (6.12.17), verificou-se que 60% dos entrevistados consideraram ruim ou péssima a atual legislatura do Congresso Nacional.

Em setembro de 1993, no auge da crise inflacionária aliada ao escândalo dos “anões do Orçamento” esse percentual de rejeição estava em 56%. Não só a rejeição subiu, como a aprovação caiu para 5%, o pior percentual já registrado até então. Levemos em conta que o levantamento do Datafolha foi feito pouco depois que a Câmara impediu a tramitação da segunda denúncia criminal contra o Presidente Temer. Os dados nos dão conta que a atual legislatura é, na média, a mais mal avaliada.

Por outro lado, foi divulgada recentemente uma pesquisa pela consultoria Ideia Big Data, encomendada pelo Brazil Institute/Wilson Center (Estadão 20.01.18), onde 84% das pessoas disseram discordar da afirmação de que “o Congresso representa o povo brasileiro”. Dentre os 137 países avaliados no Índice de Competitividade Global pelo Fórum Econômico Mundial de Davos, o Brasil está em último lugar quanto à confiabilidade do povo nos políticos.

É certo que desde junho de 2013 escancarou-se a crise de representatividade, porém, dez anos antes – em 1993 – com o escândalo a que me referi acima (“anões do Orçamento”) essa insatisfação já se mostrava evidente. Mas, foi com a operação Lava-Jato que as entranhas da corrupção vieram à tona, mostrando entre outras coisas como funciona o balcão de negociatas de compra e venda de votos, leis e medidas provisórias. A cada dia, mais envolvidos. Uma vergonha nacional!

Lembremos que com a Lava-Jato os dois últimos presidentes da Câmara estão

no xadrez. Seus três antecessores respondem à inquéritos por suspeita de corrupção e o atual presidente é investigado no STF. Em situação idêntica está o presidente do Senado e outros seis que já foram seus presidentes. É muito comum ouvir pessoas dizendo “esse Congresso não me representa”, ou que “o Temer não me representa”. Não é bem assim, pois foram votados livremente pelos eleitores.

Então, se existe “pior Congresso”, também há parcela de culpa dos eleitores que os colocaram lá! É hora de pensar nisso! A mesma pesquisa citada anteriormente (Ideia Big Data) revelou que a maioria da população – 79% dos eleitores, não se lembra em quem votou na última eleição para deputado e para senador. Você, caro leitor, já fez esse teste? Pergunte a dez pessoas em quem elas votaram para deputado na última eleição. Você vai se assustar. Poucos vão se lembrar!

Os deputados (federais e estaduais), e porque não dizer vereadores também, estão muito preocupados em homenagens ao invés de se debruçarem sobre os problemas reais que a população vive. Eles usam esse expediente – homenagear pessoas, entidades, cidades... pois isso lhes traz dividendos políticos em todos os sentidos.

Não podemos dizer que os deputados federais, estaduais, vereadores, senadores, não nos representam. Vivemos sim, uma crise de representatividade por culpa dos políticos, que se distanciam dos eleitores nos três anos e meio em que se esquecem das eleições, mas temos também que atribuir aos eleitores o descaso na hora de escolher seus representantes. O eleitor vota e depois não acompanha o trabalho do seu representante.

Os políticos nos representam sim, não só com base na Constituição Federal, mas na essência. A casa legislativa, seja ela qual for, é o reflexo da sociedade.

Só de quatro em quatro anos podemos mudar isso. É agora, em outubro. Vamos ver!

É hora de deixarmos de ter o pior Congresso!

(*) - É professor de direito eleitoral na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie campus Campinas, onde é diretor do Centro de Ciências e Tecnologia.

Integração da Segurança Pública deve ser analisada com urgência no Senado

A proposta para criar um sistema integrado de Segurança Pública deve ser avaliada pelos deputados, em regime de urgência, na próxima semana, já que o relator na Câmara, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), fará algumas modificações no texto que havia redigido

O procedimento foi acertado após a reunião ontem (6), promovida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, com o intuito de aprimorar a redação da proposição.

Fraga pretendia ter concluído um substitutivo ao projeto e às proposições apensadas, para votá-lo ainda nesta semana, mas as sugestões apresentadas por parlamentares e ministros das cortes superiores da Justiça levaram o deputado a rever a redação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já se comprometeu a aprovar regime de urgência para votação da proposta, que será “escrita a várias mãos, será colaborativa”, como frisou Eunício Oliveira.

“O projeto não pode ser para reconstruir tudo, refazer e mexer em todas as leis, senão vamos fazer um debate longo



Presidente do Senado, Eunício Oliveira: “estamos enxugando o máximo esse projeto para poder fazer com que ele aconteça de verdade”.

e não vamos dar as respostas que a sociedade espera. Estamos enxugando o máximo esse projeto para poder fazer com que ele aconteça de verdade.

A sociedade esta ansiosa e nós também estamos ansiosos para dar essa resposta para a sociedade”, afirmou Eunício ao fim da reunião.

Habilitação como documento de identidade

Tramita na Câmara proposta que insere no Código de Trânsito Brasileiro decisão do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), de junho de 2017, permitindo que a Carteira Nacional de Habilitação seja utilizada como documento de identificação em todo o território nacional. Esse uso poderá ocorrer ainda que em momento posterior à data de validade inscrita no documento.

A medida consta no projeto do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ). Segundo ele, a data de validade do documento refere-se apenas ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental do condutor do veículo automotor. “A decisão do Contran resolve controvérsia sobre a validade da Carteira Nacional de Habilitação como documento de identidade, que é distinta de sua validade como documento comprobatório da capacidade de condução de veículo automotor”, disse.

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça, inclusive quanto ao mérito (Ag.Câmara).

Unicamp revela falhas de segurança nas urnas eletrônica

O professor da Unicamp, Diego de Freitas Aranha, coordenou uma equipe de profissionais num teste de segurança promovido pelo TSE em 2017. A missão deles, mostrando possíveis falhas no sistema de votação eletrônica adotado no Brasil, foi concluída com êxito. O especialista foi um dos convidados da audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ontem (6), sobre segurança do voto eletrônico e implementação do voto impresso nas eleições gerais de 2018.

“No último dia de testes tivemos progressos. Conseguimos, por exemplo, alterar mensagens de texto exibidas ao eleitor na urna para fazer propaganda a um certo candidato. Também fizemos progresso na direção de desviar voto de um candidato para outro, mas não tivemos tempo de testar esse tipo de ataque”, explicou. Segundo Diego, a equipe dele trabalhou em condições piores do que trabalhariam verdadeiros fraudadores, devido a restrições técnicas e de tempo impostas pelo tribunal, mas ainda assim



Professor da Unicamp, Diego de Freitas Aranha.

foi possível explorar pontos vulneráveis para adulterar o software de votação e entrar no ambiente da urna eletrônica.

Segundo o professor da Unicamp, o resultado não foi surpresa, visto que todo software é potencialmente vulnerável. Por isso, é importante o registro físico para que a escolha do eleitor seja resguardada de outra forma. “Esse é um entendimento da comunidade técnica internacional e segue a experiência de outros países. Não há país no mundo que tenha migrado para a votação eletrônica que não use o

registro físico do voto como mecanismo de transparência. O registro físico é inegociável. É um instrumento básico de transparência”, afirmou.

Professor lembrou que há cinco anos participou de testes semelhantes feitos pelo TSE. E na ocasião a equipe dele elaborou um ataque que quebrava o sigilo dos votos. “Demonstramos que era possível recuperar os votos da urna em ordem, sabendo exatamente como votaram o primeiro, o segundo, o terceiro eleitores e assim sucessivamente”, explicou (Ag.Senado).

Governo substitui cinco dos seis diretores da Polícia Federal

Uma semana após o ministro Raul Jungmann assumir o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, e substituir o diretor-geral da Polícia Federal (PF), o governo federal fez novas mudanças na cúpula da corporação, trocando cinco dos seis diretores do órgão.

Publicadas no Diário Oficial da União (DOU) de ontem (6), as exonerações dos diretores executivo, Sandro Avelar; de Administração e Logística Policial, Alfredo José de Souza Junqueira; de Inteligência Policial, Cláudio Ferreira Gomes; de Gestão Pessoal, Clyton Eustaquio Xavier e de Investigação e Combate ao Crime Organizado, Eugenio Coutinho Ricas, foram assinadas pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. Para o lugar dos cinco diretores exonerados foram nomeados, para os respectivos cargos, Silvana Helena Vieira Borges; Fabrício Schommer Kerber; Umberto Ramos Rodrigues; Delano Cerqueira Bunn e Elzio Vicente da Silva.

Silvana Helena será a primeira mulher a ocupar a diretoria executiva do órgão, podendo vir a substituir o diretor-geral sempre que este precisar se ausentar ou estiver impedido de exercer suas atribuições. Além

disso, no dia a dia, compete à diretoria-executiva dirigir, planejar, coordenar e avaliar as atividades de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, segurança privada, controle de produtos químicos, controle de armas, registro de estrangeiros, controle migratório e outras de polícia administrativa; prestar apoio operacional às atividades-fim da PF; organizar a segurança institucional de grandes eventos e a segurança de chefes de missões diplomáticas e de chefes de Estado, entre outras atividades.

Por ora, o único diretor nomeado durante a gestão do ex-diretor-geral Fernando Segovia, a permanecer no cargo é Amaury Alan Martins de Souza Junior, que está à frente da Diretoria Técnico Científica desde novembro de 2017 – quando Segovia foi nomeado diretor-geral e substituiu toda a cúpula do órgão. Na semana passada, Segovia foi substituído por Rogério Galloro. Após deixar a diretoria-geral, Segovia foi nomeado para a função de adido policial federal na embaixada do Brasil em Roma, na Itália, pelo prazo de três anos. Sua nomeação foi publicada no DOU da última quinta-feira (1) (ABR).

Projeto cria espaços específicos para travestis e transexuais em cadeias

A Câmara dos Deputados analisa proposta do deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) que cria espaços de vivência específicos para travestis e transexuais masculinos ou femininas em estabelecimentos penais. O projeto insere a medida na Lei de Execução Penal. Pelo texto, a transferência das travestis e transexuais para esses espaços ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade.

“Travestis e transexuais, por sua própria condição inerente, são vítimas preferenciais de toda a sorte de abusos e violações de direitos individuais quando submetidos ao cruel sistema prisional brasileiro”, justifica Wyllys. Segundo o parlamentar, a proposta visa garantir a incolumidade física e psicológica dessas pessoas.

Travestis são pessoas que pertencem ao sexo masculino



Para o deputado Jean Wyllys, os travestis e transexuais são as vítimas preferenciais no sistema prisional brasileiro.

na dimensão fisiológica, mas que socialmente, nos trajes, com mudanças corporais e nome social, se apresentam no gênero feminino. Por sua vez, transexuais são pessoas que possuem identidade de gênero ou a percepção de si mesmos

como pertencentes a um sexo/gênero oposto àquele designado no nascimento. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Direitos Humanos; de Segurança Pública; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Em defesa da criação de sistema integrado de segurança pública

A questão da segurança pública no Brasil passou de preocupante para um “verdadeiro estado de temor”, afirmou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) na sessão temática de ontem (6). O senador foi o autor do pedido de realização da sessão que, segundo ele, tinha como objetivo possibilitar que todos os senadores compreendessem o cenário nacional da segurança pública, as perspectivas de controle da violência e as atitudes tomadas pelas autoridades federais em busca de soluções.

“Apesar do enorme desemprego, apesar de problemas na saúde, apesar de problemas em várias áreas, talvez este [a segurança pública] seja o maior problema nacional. Se nós continuarmos nesse nível de violência, nós não conseguiremos suplantá-los outros problemas”, declarou. De acordo com Tasso, o Poder Legislativo deve ser visto como um parceiro fundamental na luta contra a violência.

Ele lembrou que a Câmara e o Senado são responsáveis por dar o amparo legal para as medidas que serão adotadas. Como exemplo, o senador apontou a proposta de criação de um sistema integrado de Segurança Pública.

“Não podemos falar em integração se nem as polícias estaduais são integradas. Há uma defasagem no nosso sistema de policiamento e segurança nos estados, que sequer estes são integrados”, disse (Ag.Senado).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3106-4171 FAX: 3107-2570

www.netjen.com.br